



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Nº 0301771-4

Agravante: Maria das Graças Ribeiro Henriques

Agravado: Bandeprev - Bandepe Previdência Social

Relatora Substituta: Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ATUALIZAÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE RESERVA DE POUPANÇA. SÚMULA Nº 291 STJ. PRESCRIÇÃO QÜINQUÊNAL. SÚMULA Nº 427 STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Súmula nº 291 STJ: "A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos."
2. A orientação pretoriana é no sentido de que a prescrição quinquenal prevista na reportada Súmula n. 291 do STJ incide não apenas na cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria, mas, também, por aplicação analógica, na pretensão a diferenças de correção monetária incidentes sobre restituição da reserva de poupança (v. REsp 1111973/SP, 2ª Seção, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, DJe de 06/11/2009).
3. Súmula nº 427 STJ: "A ação de cobrança de diferenças de valores de complementação de aposentadoria prescreve em cinco anos contados da data do pagamento."
4. Independentemente da data de encerramento da conta-poupança, deverá prevalecer o juízo sumulado e a aplicação do artigo 178, § 10º, II do Código Civil de 1916.
5. Agravo improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação nº 0301771-4, em que figura como Agravante MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO HENRIQUES e Agravado BANDEPREV - BANDEPE PREVIDÊNCIA SOCIAL, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo integralmente a decisão hostilizada. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 02 de maio de 2013.

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Substituta



1 31X B

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação nº 0301771-4

Agravante: Maria das Graças Ribeiro Henriques

Agravado: Bandeprev - Bandepe Previdência Social

Relatora Substituta: Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

RELATÓRIO:

Maria das Graças Ribeiro Henriques apresenta o presente Recurso de Agravo contra decisão monocrática que, nos precisos termos do artigo 557, *caput* do Código de Processo Civil, negou seguimento ao recurso de apelação (fls. 292/295).

A tese da agravante situa-se na necessidade de reconsideração da decisão terminativa em deslinde - que negou seguimento ao Recurso de Apelação interposto pela autora.

Entende que deve ser aplicado ao caso em tela o artigo 177 do Código Civil de 1916, posto que a sua conta-poupança foi encerrada na vigência do Código Civil anterior. Assim, a prescrição seria vintenária e não quinquenal. Pugna ao final pelo provimento do presente agravo, com a conseqüente reforma da decisão monocrática.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência da ora recorrente, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório, em suma.

VOTO:

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

DECISÃO TERMINATIVA

Cuida-se de Apelação Cível interposta por **Maria das Graças Ribeiro Henriques** contra sentença da lavra da MM Juíza de Direito da 28ª Vara Cível da Comarca da Capital que, nos autos da



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Ação Ordinária nº 0145832-04.2009.8.17.0001, movida em desproveito da **Bandeprev - Bandepe Previdência Social e Banco ABN AMRO Real S/A**, declarou a ilegitimidade do Banco ABN AMRO Real S/A, extinguindo o feito, em relação a ele, sem resolução de mérito com fulcro no art. 267, VI do CPC, e com resolução de mérito em relação à Bandeprev - Bandepe Previdência Social, em razão da prescrição, nos termos do art. 269, IV do CPC.

Ademais, deixou de condenar a autora no pagamento das custas processuais, em virtude da gratuidade deferida às fls. 20, e fixou os honorários advocatícios em R\$600,00 (seiscentos reais) com base no art. 20, §4º do CPC.

Fundam-se as razões recursais, em suma, no argumento de que: (i) à espécie se aplica a prescrição vintenária de que trata o art. 177 do Código Civil de 1916, vigente à época do encerramento da poupança previdenciária; (ii) que esses valores devem ser corrigidos monetariamente até a data do efetivo pagamento, conforme índices aplicados pelo Tribunal de Justiça, juros remuneratórios de 1% ao mês e juros moratórios de desde a citação.

Requer o provimento do Apelo, para ver reformada a sentença, no sentido de ser afastada a prescrição quinquenal, com o regular processamento do feito.

Contrarrazões às fls. 244/284.

É o que, em suma, importa relatar.

Examino:

É forçoso reconhecer, primeiramente, que a matéria de mérito posta ao Colegiado deverá ser julgada nos moldes do art. 557 do CPC, o qual prevê diversas hipóteses que, configuradas, habilitam o relator a julgar monocraticamente os recursos interpostos das decisões proferidas nas ações judiciais.

YPR



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Analisando os autos, constata-se que a presente celeuma reside na ocorrência ou não da prescrição da pretensão autoral.

A esse respeito, sabe-se que em se tratando de discussão em torno da forma de atualização dos valores pagos a título de reserva de poupança, o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a prescrição quinquenal deve incidir tanto na cobrança das parcelas de complementação de aposentadoria, como na pretensão de diferenças de correção monetária incidentes sobre restituição de tal reserva.

Nesse sentido, é o que dispõe a Súmula n. 291:

"A ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos." (Súmula 291, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/04/2004, DJ 13/05/2004).

Assim, tem-se que a orientação pretoriana é no sentido de que a prescrição quinquenal prevista na reportada Súmula n. 291 do STJ incide não apenas na cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria, mas, também, por aplicação analógica, na pretensão a diferenças de correção monetária incidentes sobre restituição da reserva de poupança (v. REsp 1111973/SP, 2ª Seção, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, DJe de 06/11/2009).

De igual modo, o Superior Tribunal de Justiça também firmou entendimento de que o termo inicial para a fluência do prazo prescricional é a data em que houver a devolução a menor das contribuições pessoalmente recolhidas pelo associado ao plano previdenciário. É o que dispõe o enunciado da Súmula n. 427, *verbis*:

"A ação de cobrança de diferenças de valores de complementação de aposentadoria prescreve em cinco anos contados da data do pagamento." (Súmula 427, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 13/05/2010).



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

No mesmo sentido, são os seguintes julgados paradigmáticos:

PREVIDÊNCIA PRIVADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RESTITUIÇÃO DE RESERVA DE POUPANÇA. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO. SÚMULA DO 291/STJ. APLICAÇÃO ANALÓGICA. - A prescrição quinquenal prevista na Súmula do STJ/291 incide não apenas na cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria, mas, também, por aplicação analógica, na pretensão a diferenças de correção monetária incidentes sobre restituição da reserva de poupança, cujo termo inicial é a data em que houver a devolução a menor das contribuições pessoais recolhidas pelo associado ao plano previdenciário. - Embargos de declaração acolhidos. Recurso especial provido. (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1226245/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2012, DJe 10/12/2012).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 291 E 427 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUSPENSÃO DO JULGAMENTO DO FEITO PARA AGUARDAR DECISÃO FINAL EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. NÃO CABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÍNDICE QUE RECOMPONHA A EFETIVA DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA. SÚMULA 289/STJ. [...] 2. A Segunda Seção desta Corte, por ocasião do julgamento de recurso representativo da controvérsia, previsto no art. 543-C do CPC e na Resolução 8/2008 deste Tribunal Superior, pacificou o entendimento de que "a prescrição quinquenal prevista na Súmula do STJ/291 incide não apenas na cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria, mas, também, por aplicação analógica, na pretensão a diferenças de correção monetária incidentes sobre restituição da reserva de poupança, cujo termo inicial é a data em que houver a devolução a menor das contribuições pessoais recolhidas pelo associado ao plano previdenciário" (REsp 1.111.973/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/9/2009, DJe de 6/11/2009). [...] (STJ, AgRg

MPR



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

no REsp 971.310/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 04/02/2013).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO ADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES. PRESCRIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS. SÚMULA 83/STJ. [...] 3. Prescrevem em cinco anos as ações que tenham por objeto diferenças de complementação de aposentadoria ou restituição de contribuição (reserva de poupança), de participantes de entidades de previdência privada que desligam do plano (Súmulas 291 e 427 do STJ), considerando-se como termo inicial "a data em que houver a devolução a menor das contribuições pessoais recolhidas pelo associado ao plano previdenciário" (REsp 1.111.973/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, CPC, art. 543-C). [...] (STJ, EDcl no AREsp 83.693/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 31/10/2012).

Desse modo, consta dos autos que a autora Maria das Graças Ribeiro Henriques desligou-se do BANDEPE em 16/01/1996 (fls. 17 e 90), tendo recebido as contribuições de reserva de poupança em 24/01/1996 (fls. 91), sendo este o termo inicial de contagem do prazo quinquenal para cobrança dos expurgos inflacionários.

Observa-se, portanto, que a demandante apenas ajuizou o presente feito em 05/11/2009, ou seja, quando já ultrapassado o prazo prescricional de cinco anos.

Assim, resta prescrita a pretensão da autora (apelante) de receber a correção monetária referente aos valores pagos a título de reserva de poupança.

Desta feita, verificando que o recurso se acha em confronto com súmula e jurisprudência dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça, nego-lhe seguimento, nos precisos termos do caput do art. 557, caput, do Código de Processo Civil, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.756/98.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Findo, *in albis*, o prazo recursal, dê-se baixa na Distribuição e promovam-se as anotações necessárias.

Publique-se.

Recife, 11 de abril de 2013.

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Convocada

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente fundamentada e objetiva, não trazendo a agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado na presente decisão monocrática.

Os julgados colacionados no *decisum* hostilizado demonstram que a matéria trazida a julgamento encontra-se pacificada no STJ, o que apenas confirma a improcedência da apelação, conforme decisão de fls. 292/295 do processo de Apelação de nº 0301771-4.

Ressalte-se que, embora a conta-poupança tenha sido encerrada na vigência do Código Civil de 1916, deverá incidir, neste caso, a prescrição quinquenal, porquanto é este o entendimento sumulado pelo STJ (Súmula nº 291).

Importa ainda destacar que os precedentes ensejadores da elaboração desta súmula dizem respeito a período anterior à promulgação do novel Código Civil. Ou seja, independentemente da data de encerramento da conta-poupança, deverá prevalecer o juízo sumulado e a aplicação do artigo 178, § 10º, II do CC/1916.

Observem-se as ementas dos seguintes julgados:

PREVIDÊNCIA PRIVADA. PENSÃO. DIFERENÇAS. PARCELAS.
PRESCRIÇÃO. PRAZO. CINCO ANOS.

1 - Em tema de previdência privada o prazo prescricional é de cinco anos, razão pela qual prescritas estão, na espécie, todas as parcelas anteriores ao último quinquênio precedente à propositura da ação.

YPR



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

2 - Recurso conhecido e provido. (REsp 450352/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 03/02/2004, DJ 16/02/2004, p. 260)

CIVIL E PROCESSUAL. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DESLIGAMENTO DO EMPREGADO. DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES. AÇÃO QUE POSTULA DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL. INOCORRÊNCIA. LEIS NS. 6.435/77, 8.213/91. LC N. 109/2001. CC, ART. 177. TERMO INICIAL.

I. A prescrição das ações que discutem direitos advindos de Previdência Complementar é de cinco anos e não vintenária, sendo inaplicável à espécie o art. 177 do Código Civil.

II. Inobstante o reconhecimento da aplicabilidade do prazo mais breve, a sua fluência, no caso dos autos, se dá a partir da data da restituição das contribuições feitas à ex-empregada, quando, então, surgiu o seu direito de postular as diferenças em face do recebimento a menor do que o efetivamente devido.

III. Ajuizada a ação em lapso inferior a cinco anos a contar daquele termo, é de ser afastada a prejudicial.

IV. Recurso especial conhecido e improvido. (REsp 466693/PR, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2003, DJ 22/09/2003, p. 335)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRESCRIÇÃO EXTINTIVA. POSSIBILIDADE DE SER ALEGADA PELA PRIMEIRA VEZ NA APELAÇÃO. PRECEDENTES. DOUTRINA. ARTS. 162, CC/1916 (193, CC/2002) E 303, III, CPC. PREVIDÊNCIA PRIVADA. BENEFÍCIOS. PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL. ART. 178, § 10, II, CC/1916. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

I - Na linha da jurisprudência desta Corte, a prescrição extintiva pode ser alegada em qualquer fase do processo, nas instâncias ordinárias, mesmo que não tenha sido deduzida na fase própria de defesa.

II - É quinquenal a prescrição, em casos de parcelas oriundas dos planos de previdência privada, nos termos do art. 178, § 10, II, do Código Civil de 1916. (REsp 203963/RS, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2003, DJ 08/09/2003, p. 331)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Embargos de declaração. Recurso especial. Ônus da sucumbência. Embargos de declaração acolhidos para redistribuir os ônus da sucumbência ante a prescrição quinquenal das prestações devidas à autora. (EDcl no REsp 424181/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2003, DJ 16/06/2003, p. 335)

PREVIDÊNCIA PRIVADA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. A cobrança dos valores devidos a título de complementação da aposentadoria prevista em plano de previdência privada está sujeita à prescrição quinquenal. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 297547/MG, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/05/2002, DJ 05/08/2002, p. 329)

PREVIDÊNCIA PRIVADA - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - BANCÁRIOS - INSURGÊNCIA ASSENTADA EM DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGULAMENTARES, DE APRECIÇÃO INVIÁVEL NO ESPECIAL (SÚMULA 05/STJ) - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - PRECEDENTES - PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

I - A estreita via do recurso especial não comporta o reexame de pretensão articulada com fundamento em disposições estatutárias e regulamentares de entidades de previdência privada.

II - **Consolida-se nesta Corte jurisprudência no sentido de que, em se tratando de parcelas devidas em decorrência de plano de benefício de previdência privada, prevalece a prescrição quinquenal, prevista na legislação de regência (Lei 8.213, de 24.07.91, art. 103), não incidindo a prescrição vintenária.**

III - Recurso especial conhecido em parte e provido. (REsp 173826/RS, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/09/1999, DJ 13/12/1999, p. 141)

PREVIDENCIA PRIVADA. PENSÃO. PRESCRIÇÃO DE PARCELAS NÃO PAGAS INTEGRALMENTE. CONTRATO DE SEGURO, EMBORA COM PECULIARIDADES, PODENDO, EM CERTAS CIRCUNSTANCIAS, SER ASSIMILADO AO DE CONSTITUIÇÃO DE RENDA. NÃO INCIDENCIA DA PRESCRIÇÃO VINTENARIA. (REsp 89416/DF, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/04/1998, DJ 03/08/1998, p. 218)

YPR



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Posto isto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume a decisão definitiva ora vergasta.

Recife, 02 de maio de 2013.

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues
Relatora Substituta